

Vieira: a grandeza de um imperador

*Com os seus escritos,
a língua portuguesa
tornou-se mais dúctil
e plástica,
e a nossa cultura,
sobretudo na sua
expressão literária,
ganhou dimensões
de universalidade.
E tão cuidadoso foi que,
no fim da vida,
retocou e aprimorou
os seus sermões,
consciente também
da sua missão
de escritor.*

Fernando Cristóvão

*Faculdade de Letras
da Universidade de Lisboa*

Foi outro grande dignitário da Língua Portuguesa, Fernando Pessoa, que apelidou o Padre António Vieira de “Imperador da Língua Portuguesa”, com a dupla autoridade que lhe assistia: a de um dos maiores cultores da nossa língua, e a de uma cosmovisão multi-forme, tanto da condição humana, como da cultura portuguesa.

Com efeito, poucos portugueses se impuseram, nacional e internacionalmente, à memória das nações, pois não cabem nessa galeria de génios só os grandes navegadores e políticos, mas também os religiosos, os homens de Letras, das Ciências e das Artes.

E Vieira é um deles, nos dois grandes cenários que definem os clássicos: o da vida, e o da memória que deles se conserva.

Dotado de um temperamento aguerrido, apaixonado, apesar de saúde frágil, pôs todas as suas forças ao serviço da fé e do duplo império que queria construir: o da Realeza, e o da Fé Católica - Quinta Monarquia da História do Mundo!

Com isso concitou não poucos inimigos, desde os colonos escravagistas, a pregadores de outras Ordens, a políticos, à Inquisição¹ que não desistia de o perseguir, chegando a processá-lo, metê-lo na prisão, e até o proibir de pregar. Em Coimbra, queimaram-no em efígie.

¹ FRANCO, José Eduardo e Célia C. TAVARES, *Jesuítas e Inquisição*, Rio, UERJ, 2007, p. 59.

A tudo resistiu o intrépido jesuíta, que foi missionário, diplomata e político ao serviço da Nação restaurada, pregador eminente, cultor da língua e da cultura portuguesas, nos seus mais altos níveis ².

Como missionário, foi-o, primeiro na Bahia, dedicando-se especialmente a defender os escravos dos excessos dos senhores, a combater a própria ideia da escravização. Depois, no Maranhão, sendo aqui o combate mais radical, pois ao contrário do que sucedia com os negros que, em grande parte, já vinham escravos de África, não era essa a situação dos índios, importando obstar, a todo o custo, que lhes fosse criado o mesmo estatuto. Por isso conheceu o ódio e as perseguições dos colonos, que atentaram contra a sua vida e o expulsaram do Maranhão ³.

O missionário face ao problema da escravidão

Mas, para se compreender a actuação, tanto de Vieira como dos outros religiosos, como dos governantes com o objectivo de acabarem com a escravidão, há que entendermos até que ponto este fenómeno histórico, moral, religioso, económico, estava tão radicado entre os povos.

Surpreendem-se alguns dos nossos contemporâneos, não habituados a estudar os factos históricos no seu contexto da história das ideias e dos acontecimentos políticos e sociais do tempo em questão, que Vieira e outros religiosos não tenham atacado frontalmente a escravidão como violação dos direitos humanos, e contemporizando com ela, preocupando-se, geralmente, com a afirmação da igual dignidade dos homens, mas admitindo a prática da escravatura, insistindo sobretudo na humanização dos cativos e sublimando os aspectos espirituais e a dignidade cristã que não são nunca propriedade de ninguém.

A estranheza vai até mais longe, ao acusarem a Igreja, que nos primeiros séculos, desde S. Paulo, considerava iguais os homens, sem distinção de escravo e livre nas suas comunidades, de ter mudado de ideias e, no século XV, mais concretamente, pelas bulas de Nicolau V *Dum diversas* e *Sumus Pontifex* de 1425 e 1453 ⁴, ao conceder aos reis de Portugal o privilégio de conquistar as novas terras e de reduzir à escravidão os seus naturais, segundo as teorias da “guerra justa” e do “direito das gentes” ⁵.

De facto assim aconteceu, e as próprias Ordens Religiosas tinham escravos ao seu serviço, maximamente os jesuítas, no funcionamento das aldeias de índios, em especial ⁶.

Procedimentos estes que assentavam no entendimento da “fatalidade” social e da prática universal da escravatura (todos povos a praticavam) e, muito provavelmente, também no entendimento das bulas pontificias no sentido de que, com tal apoio, se podiam juntar e manter novas e florescentes cristandades nas Américas,

² AZEVEDO, J. Lúcio de, *História de António Vieira*, Lisboa, 1931.

³ LEITE, Serafim, «A Companhia de Jesus e os pretos do Brasil», *Brotéria*, Lisboa 1959, p. 6.

⁴ *Bullarium Patronatus Portugalliae Regum in Ecclesiis Africae, Asiae atque Oceaniae*, III, Olissipone, 1973, p. 51.

⁵ S. TOMÁS de AQUINO, *Summa Theologica*, II, II, 401.

⁶ LEITE, Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Rio, 1959 ; ALDEN, Daurel, *The Making of an Interpris: The Society of Jesus in Portugal, its Empire, and Beyond (1540-1750)*, Stamford, 1996, p. 524.

onde era preciso organizar ou reorganizar muita coisa, em contraste e compensação com o que se passava na Europa, onde a Cristandade, dividida desde a ruptura de Lutero e outros líderes protestantes, conhecia uma situação que acabou por dar origem a guerras religiosas e intermináveis controvérsias tidas como heréticas.

Com efeito, essa prática universal da escravatura era entendida como “natural”, sancionada até por grandes filósofos como Aristóteles que, no seu tratado de política ⁷, ensinava que uns nasceram para mandar e outros para obedecer, pois só os homens livres eram dotados de inteligência e vontade, faltando esta aos escravos, para além de que a escravidão era não só natural, mas também necessária ao bom funcionamento social.

Teoria social esta que, mesmo no tempo da “luzes”, ainda perdurava, como o afirma o historiador Augustin Cochin na sua obra sobre a escravatura: “nos séculos XVII e XVIII, nos séculos de Luís XIV e de Voltaire, nas véspera da Revolução Francesa, e mesmo depois dela, toda a Europa se entregava ao tráfico de escravos”.

E não estava essa prática tão radcada no Brasil que até nos quilombos dos escravos foragidos, também eles tinham escravos? ⁸

E não aconteceu que vários escravos libertados se tornaram depois traficantes de escravos, como foi o caso, entre outros, de João de Oliveira, escravo liberto da Bahia que, regressado a África, durante 37 anos operou no comércio de escravos da Costa do Marfim? E, do mesmo modo, políticos como o negro Barão de Cotegibe, que chegou a Primeiro Ministro, e se opôs à “Lei Aurea”?

Quase em simultâneo, foi a Igreja Católica a primeira Instituição a voltar atrás e a desautorizar e combater a prática da escravatura, reafirmando a igual dignidade de todos os homens, e a condenar o tráfico do “nefando comércio”.

Assim, é longa a lista dos eclesiásticos que se notabilizaram nesse combate. Começando pela data simbólica de 1492, do Bispo Las Casas e Frei Montesinos, e continuando com o padre Fernão de Oliveira, o autor da primeira gramática portuguesa, frei Cristóvão de Lisboa, padre António Vieira, padre Nuno Marques Pereira (que chegou a pedir férias para os escravos!), o jurista padre Manuel Ribeiro Rocha ⁹, o bispo D. António Viçoso e muitos outros que anteciparam, por longos anos, o despertar da sociedade civil e política brasileira ¹⁰. Nela se viriam a notabilizar José Bonifácio, José Patrocínio, André Rebouças, Ruy Barbosa e outros. Só mais tarde surgiriam os escritores e poetas inflamados, como Castro Alves, glorificando o ideal abolicionista.

É que, só praticamente depois da iniciativa inglesa do Bill Aberdeen, de 1845, que impediu o tráfico, é que os políticos entraram na luta da abolição. Isto é, trezentos e cinquenta e três anos depois! E a somar a estes, mais quarenta e três até à Lei Áurea de 1888, tendo o Brasil independente demorado sessenta e seis anos para que a lei libertadora fosse publicada!

Aparentemente, toda esta lentidão parece absurda. Há que ter em conta, porém, que como afirma Aristóteles, a escravidão era considerada “natural” e sobre ela, sobretudo no Brasil, assentava toda a economia. Romper com preconceitos e práticas

⁷ ARISTÓTELES, *Politique*, I, II, Paris, Belles Lettres, 1968.

⁸ COCHIN, Augustin, *L'Abolition de l'Esclavage*, Paris, 1951.

⁹ CRISTÓVÃO, Fernando, «A abolição da escravatura e a obra precursora do padre Manuel Ribeiro Rocha», *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa, 1992.

¹⁰ PATROCÍNIO, José do, *Campanha Abolicionista*, Fundação Biblioteca Nacional, Rio, 1996.

tão universais e tão enraizadas, de tamanhas consequências, foi uma tarefa gigantesca, uma grande revolução cultural, social, moral e religiosa.

A atitude de Vieira, a respeito da escravatura, pode resumir-se a alguns tópicos breves: defendendo intransigentemente a igualdade dos homens e a liberdade de negros e índios contra todas as tentativas de escravidão por parte dos colonos, consentiu e aprovou a escravidão dos negros, apesar das reiteradas afirmações de que também assistia aos naturais de África não só a justiça de um tratamento humano e cristão, mas o direito a serem plenamente livres.

Assim se exprimiu no “Sermão Vigésimo Sétimo”:

(...) Entra por essa barra um cardume monstruoso de baleias, salvando com tiros e fumos de água as nossas fortalezas, e cada um pare um baleato; entra uma nau de Angola, e desova no mesmo dia quinhentos, seiscentos e talvez mil escravos. Os israelitas atravessaram Mar Vermelho e passaram da África à Ásia, fugindo do cativoiro; estes atravessaram o mar Oceano na sua maior largura, e passaram da mesma África à América para viver e morrer cativos. *Infelix genus hominum* (disse bem deles Maffeo) *et ad servitutem natum*. Os outros nascem para viver, estes para servir; nas outras terras do que aram os homens e do que fiam e tecem as mulheres, se fazem os comércios; naquela o que geram os pais e o que criam a seus peitos as mães, é o que se vende e se compra. Oh trato desumano, em que mercancia são homens! Oh mercancia diabólica, em que os interesses se tiram das almas alheias, e os riscos são das Próprias!»

Sustentava ainda, que sendo o homem corpo e alma, só o corpo era escravo, e que no cativoiro havia algo de irredutivelmente livre que poder algum podia escravizar. Liberdade essa que só os vícios e o pecado deitavam a perder.

Defendia que os próprios negros tinham direito à desobediência aos seus donos, quando eles ousassem ir contra a lei de Deus, nas ordens que davam. Dirigindo-se aos senhores, dizia-lhes com severidade:

«Quem vos sustenta no Brasil, senão os vossos escravos? Pois se eles são os que vos dão de comer, porque haveis de negar a mesa, que mais é sua que vossa? Contudo a magestade, ou desumanidade da opinião contrária é a que prevalece, e não são admitidos os escravos à mesa, mas nem ainda às migalhas dela, sendo melhor a fortuna dos cães que a sua, posto que sejam tratados com o mesmo nome. Que importa, porém, que senhores os não admitam à sua mesa, se Deus os convida e regala com a sua?»

Simultaneamente, para aclamar os ânimos exaltados dos colonos que continuamente revoltavam contra a proibição das entradas e dos resgates e contra a promulgação de leis que intentavam acabar com a escravatura dos índios, Vieira consentia, e concordava com a manutenção dos negros em cativoiro. Mais, ele próprio chegou a sugerir que novos contingentes de escravos negros fossem negociados como era prática corrente, para fazer face às crescentes necessidades da economia, fundamentalmente assente na mão-de-obra escrava. E considerando o sofrimentos dos cativos, intentava conformá-los com a realidade, para que sofressem menos, pensando, por certo, que por muito importante que fosse urna mudança social de libertação, ela não podia sacrificar à sua rapidez e eficácia o uso de lenitivos cristãos para quem sofria tanto. Recomendava-lhes, por isso, que se resignassem a uma situação

que não estava nas suas mãos ultrapassar. Transigência esta que também, num determinado momento, foi a de Las Casas que, embora se opondo à escravidão dos índios, admitiu a dos negros.

Para com os índios, Vieira vai tomar uma atitude de intransigência, pois não sendo antes escravos, havia que impedir que então o fossem.

Vieira quis impedir a todo o custo que os índios viessem a ter a mesma sorte dos negros. Infatigavelmente os defendeu contra a cobiça dos Colonos, especialmente no Maranhão Pará e S. Paulo. Para tanto não receou enfrentar populações inteiras de brancos, Como aconteceu em 1653 por causa da libertação dos índios cativos, e em 1661, atitudes estas que viriam a custar-lhe a prisão. E não só enfrentando revoltas, também intrigas e ciladas na corte.

Disso atestam as várias diligências, feitas na corte de Lisboa, e os Sermões proferidos no Maranhão, como o Sermão do Primeira Dominga da Quaresma de 1654 e, no mesmo ano, o famoso Sermão de Santo António aos peixes:

“Os maiores comem os mais pequenos; e os muito grandes não só os comem um por um senão os cardumes inteiros, e isto continuamente sem diferença de tempos, não só de dia, senão também de noite, às claras e às escuras, como também fazem os homens”.

Também foi embaixador

Como diplomata e político, fez-se embaixador para defender a restauração portuguesa e D. João IV, de 1642 a 1652, junto das cortes de França, Holanda, Itália, especialmente em Roma. Não foi alheio à diplomacia da guerra, do comércio, das alianças, advogando o regresso a Portugal dos judeus expulsos, viajando incansavelmente, apesar de não ser essa a sua verdadeira vocação.

Restaurado Portugal, era necessário retomar o bom relacionamento internacional. Para tanto D. João IV serviu-se não só dos seus diplomatas, mas também dos bons ofícios de elementos de várias Ordens Religiosas, especialmente dos jesuítas que foram enviados a várias Cortes europeias.

Tem-se exagerado, neste aspecto, o resultado negativo destas negociações em não poucos aspectos “impossíveis”, tanto na área diplomática com política, por não se ter em conta quer a situação em Portugal, era de luta quase permanente com Espanha, e o ambiente europeu se processava em grandes rivalidades políticas de hegemonia.

Basta lembrar que a luta contra os espanhóis começou logo em 1641, na batalha do Montijo, prolongando-se numa guerra intermitente, tendo como episódios mais notáveis as lutas de 1647 (Linhas de Elvas), de 1650, de 1657 e ainda as campanhas finais de 1663 e 1665.

O país estava exausto, e eram graves também as consequências económicas, quer na ordem interna quer na capacidade de comércio externo, com a agravante da continuidade das cobiças, sobretudo holandesas, relativas ao Brasil.

Foi neste contexto que os diplomatas portugueses viajaram pelas Cortes europeias onde obtiveram assinaláveis êxitos nuns casos, e não poucas derrotas e frustrações noutros. A Vieira couberam algumas das missões mais difíceis, em França

e na Holanda, saldadas pelo insucesso, pois não chegava ser personalidade de prestígio.

Insucessos dele como também os tiveram em missões de paz ou aliança de casamentos, por exemplo: Frei Dinis de Lencastre em 1641, D. Vasco Luís da Gama, em França, de 1642 a 1646, e depois de 1647 a 1649, D. Francisco de Sousa Coutinho junto dos Holandeses, em 1647 e 1656, por não poder aceitar as condições verdadeiramente humilhantes propostas pelos holandeses para a devolução das capitânias do Brasil, D. Frei Francisco do Rosário, etc.

É que a “Restauração” tinha várias frentes de batalha, com avanços e recuos: nas operações militares, nas negociações diplomáticas, nas tentativas de comércio internacional...

Não pode por isso Vieira ser visto de maneira simplista no seu trabalho de Embaixador, embora a sua personalidade estivesse muito pouco talhada para semelhante missão. Um verdadeiro génio, fadado para grandes projectos e ideias, raiando pelo utopia, não era a pessoa indicada para um tipo de actividade em que as manobras de jogos palacianos, de avanços, recuos, trocas, desgaste, etc., são tão importantes. Para isso não bastava o seu grande prestígio internacional no xadrez em que se jogavam interesses territoriais bem mais concretos, alianças militares, vantagens económicas, etc.

Como pessoa, e descontando o vestuário e pompa da actividade diplomática, Vieira vivia sobriamente, recusando honrarias e missões dispensáveis, como em Haia, ou aceitar a mitra episcopal que lhe foi proposta.

O pregador e o escritor

Como pregador, agigantou-se por uma eloquência arrebatadora que conhecia os segredos da língua, de sólidos fundamentos teológicos, bíblicos e retóricos, abusando, não poucas vezes, do processo encantatório dos malabarismos barrocos, ao manipular os vários sentidos bíblicos, as alegorias, comparações, metáforas e os *exempla* da antiguidade clássica, multiplicando os silogismos, as antíteses, os paradoxos, as hipérboles, as apóstrofes, em suma, misturando, estrategicamente, o *docere* com o *delectare*, sobretudo quando um sopro de utopia era usado para arrebatador, ou amedrontar os ouvintes.

Tal foi o seu êxito que se tornou o pregador da capela real, da elite de Roma, sobretudo na Igreja de Santo António, também pregador da rainha Cristina da Suécia, sendo o seu prestígio tal que, em Roma, foram ouvir o seu sermão do Carnaval de 1673, 19 cardeais.

Homem contraditório, tanto se ocupava das mais variadas questões terrenas, das mais elevadas meditações teológicas, como das mais ousadas utopias do Quinto Império, em obras como a *História do Futuro* e a *Clavis Prophetarum*, dando crédito às profecias de Bandarra, às interpretações escatológicas ligadas à passagem dos cometas e de meteoros como espadas saindo das nuvens, conforme relatou em carta de 4 de Maio de 1665 a D. Rodrigo de Meneses.

Como expressão desta multifacetada actividade e pensamento, deixou para a posteridade uma vasta obra escrita de sermões e cartas. A todos se dirigiu: antes de

mais a Deus, aos poderosos, aos mais humildes, repreendendo, ameaçando, satirizando, tanto em Portugal como no Brasil e em diversos países europeus.

Com os seus escritos, a língua portuguesa tornou-se mais dútil e plástica, e a nossa cultura, sobretudo na sua expressão literária, ganhou dimensões de universalidade. E tão cuidadoso foi que, no fim da vida, retocou e aprimorou os seus sermões, consciente também da sua missão de escritor.

Eram os sermões construídos segundo inspiração barroca, embora rejeitando o estilo que então estava em moda, assim os retratado sarcasticamente, porque se expressavam de modo a “motivar desvelos, a acreditar empenhos, a requintar finezas, a lisonjear precipícios, a brilhar auroras, a derreter cristais, a desmaiar jasmins, a tocar primaveras e outras mil indignidades! Não é isto farsa a mais digna de riso, se não fora tanto para chorar?”

No seu entendimento, os sermões deviam ser construídos dentro de duas dinâmicas a que sempre foi fiel, embora utilizando as mais diversas liberdades no tratamento da linguagem: a da fidelidade à grande oratória clássica, e a da fidelidade aos textos litúrgicos e bíblicos que davam, normalmente, título a esses mesmos sermões.

Ele próprio o confessou, no famoso Sermão da Sexagésima: “Tudo o que tenho dito pudera demonstrar largamente não só com os preceitos de Aristóteles, dos Túlios, dos Quintilianos, mas com a prática observada dos principais oradores evangélicos – S. João Crisóstomo, S. Basílio Magno, S. Bernardo, S. Cipriano, e com as famosíssimas orações de S. Gregório Nanzianzeno, mestre de ambas as Igrejas.”

Relembra logo nesse sermão-modelo que, à boa maneira clássica, o estilo tem de ser “fácil e natural”, o que procurava fazer ao longo das oito partes em que, em média, são compostos os seus sermões, com o objectivo confessado, na parte VI, de definir, dividir, tornar persuasivo, aclarar com a razão, confirmar com o exemplo, ampliar aduzindo causas e efeitos, responder a dúvidas, satisfazer dificuldades, impugnar e refutar para, finalmente, concluir.

Desse modo realiza a teoria oratória, sobretudo de Cícero e Quintiliano, escolhendo o material na “inventio”, seleccionando as palavras e seu ordenamento na “elocutio”, encadeando as ideias na “dispositio”, preparando-se para falar ao povo fixando na “memoria” os diversos lances, de modo a dar depois a ilusão da espontaneidade ou de improviso, e preparando atitudes e gestos de simpatia na “pronuntiatio”. Assim preparado, podia começar por atrair o auditório na “captatio benevolentiae” do exórdio, espraçando-se pela “narratio”, “confirmatio”, “refutatio”, na conclusão das provas da “peroratio”, encenando mesmo uma discussão real ou simulada, e recorrendo, se necessário, a elementos estranhos ao tema, na “digressio” para acrescentar crédito e simpatia à matéria exposta.

Quanto à matéria litúrgica e bíblica foi sempre a partir dela que se aventurou a temas e polémicas de variado carácter, desde o combate à escravidão, à política dos aldeamentos dos índios, ou à luta contra os heréticos holandeses, não faltando citações abonatórias da Escritura, naturais ou forçadas, para o que usou e abusou do emprego dos chamados “sentidos bíblicos”.

Segundo S. Tomás de Aquino, a interpretação da Bíblia podia fazer-se especialmente segundo diversas perspectivas de sentido: o “literal” dos factos históricos e do que estava explícito no texto, o “alegórico”, das alegorias, metáforas e comparações, o “tropológico” ou moral sugerindo ao cristão os modos de proceder, o “anagógico” capaz de transfigurar os factos em perspectiva mística e escatológica.

Assim apetrechado, o génio de Vieira não conheceu limites chegando, às vezes, como outros pregadores, a não poucas arbitrariedades.

Razão teve Hernâni Cidade, ao comentar o “Sermão da Visitação de Nossa Senhora a Santa Isabel”, na Bahia em 1638, para anotar algumas dessas incongruências, como as da homologia entre a funda de David, as luminárias de Gedeão e o rosário de Nossa Senhora, arrebatamentos que considerava “levantarem falsos testemunhos às Escrituras”.

O génio de Vieira não conheceu limites, os seus sermões foram, além de instrumentos privilegiados de evangelização, obras primas do nosso idioma e sua expressão literária.

De tal modo, que é hoje consensual que Vieira, com Camões e Pessoa personificam o mais perfeito e o melhor da nossa língua e literatura.

Na impossibilidade de se ler todos os seus sermões, façam-se ao menos consultas destes:

Sermões da Bahia:

- Vários, da série “Maria, Rosa Mística”, pregados às “Irmandades do Rosário dos Homens Pretos”, contra a escravatura dos negros;
- “Sermão de St.º António”, 1633, na guerra contra a invasão holandesa;
- “Sermão do Bom Sucesso das Armas de Portugal contra as da Holanda”, 1640;

Sermões no Maranhão:

- “Sermão da 1ª Dominga da Quaresma, 1653, contra a escravidão dos índios;
- “Sermão de Santo António aos peixes”, 1654;
- “Sermão da 5ª Dominga da Quaresma, 1654, humorístico: bocados do Diabo, desfeito, caíram em vários países : cabeça, estômago, língua (maledicência do Maranhão) ganhando eles os defeitos correspondentes;

Sermão na Capela Real de Lisboa:

- “Sermão da Sexagésima”, a boa arte de pregar.